

ATA I REUNIAO ORDINARIA - 2026 - APA BAIA DE CAMAMU

No dia 13.03.2026 as 09 hs, iniciou-se a I reunião ordinária do conselho da APA Baía de Camamu com a **Aula Magna ministrada pelo Professor José Maria Landim Dominguez**, tendo como tema central o **painel sobre erosão costeira, dinâmica sedimentar, aspectos legais e desafios da gestão ambiental municipal na zona costeira baiana**.

O Professor **José Maria Landim Dominguez** conduziu integralmente o painel técnico, abordando a dinâmica e os riscos da erosão costeira no Estado da Bahia e em outras áreas do litoral brasileiro.

Inicialmente, destacou que a **erosão costeira é um processo natural de deslocamento da linha de costa**, não significando necessariamente a destruição das praias, mas a sua migração espacial ao longo do tempo. Ressaltou que, em escala global, aproximadamente **24% das praias encontram-se em erosão, 28% em acreção e 48% em condição estável**, enquanto, no litoral baiano, aproximadamente **740 km apresentam equilíbrio aparente e 143 km sofrem erosão associada a influência humana, deltas fluviais e canais de maré**.

Foi enfatizado que os processos erosivos mais severos ocorrem, sobretudo, nas **desembocaduras de rios, deltas fluviais e canais de maré**, com destaque para os casos da **Baía de Camamu**, delta do **Rio Jequitinhonha** e foz do **Rio São Francisco**, onde a redução da vazão hídrica, associada à diminuição da precipitação e à implantação de barragens, intensifica a erosão costeira.

O professor também apresentou exemplos da **migração de flechas arenosas e deltas de maré**, evidenciando a elevada instabilidade geomorfológica dessas áreas e o consequente risco à ocupação humana.

Na sequência, foi discutido o impacto das intervenções antrópicas na dinâmica costeira, com destaque para o **Porto de Ilhéus**, cuja estrutura promove retenção sedimentar e influencia processos erosivos em faixa que pode atingir **até 18 km ao norte**.

Foram também mencionados os efeitos da **urbanização em áreas litorâneas**, especialmente em cidades como **Salvador e Recife**, onde a ocupação urbana avançada sobre a faixa de praia reduz a área útil e intensifica a percepção e os efeitos da erosão.

Em sua exposição, o Prof. Landim abordou a complexidade jurídica e conceitual da **restinga**, esclarecendo a distinção entre:

restinga como acidente geográfico e geomorfológico; e

restinga como ecossistema associado à vegetação.

Destacou que a adoção de **faixas fixas de proteção** não é tecnicamente adequada para áreas costeiras dinâmicas, uma vez que a largura necessária de proteção pode variar entre **30 e 220 metros**, conforme as características locais e a evolução histórica da linha de costa.

Foi ressaltada a necessidade de o **licenciamento ambiental considerar estudos específicos da dinâmica sedimentar e da evolução costeira**, diferenciando restingas ativas, paleodunas, dunas frontais e áreas fósseis.

Em um segundo momento da reunião, durante os debates, foram apresentados os desafios enfrentados pela **gestão ambiental municipal na Península de Maraú**, especialmente no que se refere às limitações técnicas,

financeiras e normativas.

Foram destacados três instrumentos estratégicos considerados prioritários:

Plano Municipal de Gerenciamento Costeiro;

Plano de Educação Ambiental;

Plano de Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas.

Também foi registrada a necessidade de **revisão do Código Municipal do Meio Ambiente e do Plano Diretor**, com inclusão de dispositivos específicos para a zona costeira.

O professor destacou que as **mudanças climáticas agravam os processos erosivos e de inundação costeira**, mencionando projeções de **redução de até 35% das vazões dos grandes rios até 2080**, bem como a elevação do nível médio do mar em cerca de **20 cm nos últimos 100 anos**.

Foi ressaltada a necessidade de incorporação de **cenários climáticos futuros no planejamento municipal**, especialmente em áreas de elevada vulnerabilidade.

A aula magna enfatizou a importância do **monitoramento contínuo da linha de costa**, por meio de:

imagens de satélite;

fotografias aéreas históricas;

marcos topográficos;

análise temporal de canais de maré e deltas.

Foi citado como exemplo o monitoramento em áreas como **Comandatuba**, onde se verificou estabilidade costeira ao longo de 16 anos.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, com a presente ata para apreciação e devida aprovação.

Erika Campos



Documento assinado eletronicamente por **ERIKA VALESKA MEIRELLES CAMPOS, Especialista Meio Ambiente Recursos Hídricos**, em 04/05/2026, às 15:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **00139142881** e o código CRC **0929F43E**.